

## PRINCESA DO XINGU: COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Suzanny da Silva Lima<sup>1</sup>  
Francisco Pereira Smith Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão conceitual acerca dos termos envolvendo migração, emigração e imigração baseados em referências como Sayad (1998), Ianni (2004) e Klein(2000) no contexto de criação e implantação da agrovila Princesa do Xingu, no município de Altamira-Pará. O referido contexto está situado no período de abertura e construção da Rodovia Transamazônica durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici na década de 70, que também envolveu o plano de colonização e, por consequência, os movimentos migratórios em toda a extensão da grande obra em questão. Entrevistas com dois pioneiros da agrovila foram feitas a fim de se ter depoimentos da perspectiva de alguns dos residentes que viveram e presenciaram eventos que marcaram a história de criação e fundação da comunidade a partir da migração deles para a Amazônia.

**Palavras-chave:** Movimentos migratórios. Transamazônica. Agrovila. Pioneiros.

### ABSTRACT

This paper aims to present a conceptual discussion about the terms involving migration, emigration and immigration based on references such as Sayad (1998), Ianni (2004) and Klein (2000) in the context of the creation and implantation of the Xingu Princess, in the municipality of Altamira-Pará. This context is situated in the period of opening and construction of the Transamazonian highway during the government of the general-president Emílio Garrastazu Médici in the 70's, that also involved the plan of colonization and, consequently, the migratory movements in all the extension of the great the work in question. Interviews with two pioneers of the agricultural village were made in order to have testimony from the perspective of some of the residents who lived and witnessed events that marked the history of creation and founding of the community from their migration to the Amazon.

**Keywords:** Migratory movements. Transamazonica. Agricultural village. Pioneers.

## 1. MIGRAÇÕES: NOÇÕES E PERSPECTIVAS GERAIS

A migração, a *grosso modo* e em seu sentido mais amplo, remete à ideia de deslocamento. Quando maximizamos nossa análise para uma escala global, podemos perceber que os deslocamentos de pessoas de uma área para outra, de um país para o outro, por exemplo, sempre estiveram presentes na história da humanidade. Segundo Sayad (1998), há

---

<sup>1</sup> Especialista em Língua Inglesa e Literatura (FIBRA); aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/UFPA. Docente efetiva da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir da Universidade Federal do Pará - UFPA – Campus Altamira, no curso de Letras Língua Inglesa. E-mail: suzannylima@ufpa.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Professor e vice-coordenador do Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes a Amazônia- PPLSA. Email: fsmith@ufpa.br

algumas condições que fazem com que o imigrante “nasça ou morra”, pois tanto um quanto o outro servem a interesses que envolvem diretamente os parceiros da imigração, isto é, a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios emigrantes e imigrantes.

Para o referido autor, os movimentos migratórios têm sua origem nas condições sociais que os formam, no estudo das transformações destas condições formadoras e nas próprias transformações da emigração ou imigração. O teórico esclarece que os termos a serem utilizados vai depender do ponto de partida da análise, por exemplo, caso estejam sendo analisadas as causas promotoras de migração de um determinado grupo de pessoas, para a sociedade de origem, da qual também pertence o grupo de pessoas que a deixou, o grupo emigrou; para a sociedade de destino, que o recebe, o grupo imigra.

Contudo, para que se compreenda a imigração, é necessário que se entenda a ação que a antecede, a emigração. Sayad pontua que as duas configuram duas faces da mesma moeda, sendo que a condição de existência da imigração tem seu ponto de partida na emigração e que aquela só pode existir e ser mantida enquanto o imigrante for assim considerado ou mantido tanto pela sociedade de origem quanto pela de destino. Esta ressalva é feita pelo teórico, haja vista que há situações em que o emigrante mal deixou sua sociedade de origem e rapidamente já é esquecido ou desconsiderado como pertencente àquela sociedade, antes que possa ter tido a chance de ser considerado como imigrante na sociedade para a qual se destina. Tal retrato nos faz perceber que há condições de existência e manutenção na imigração que envolvem todos os atores sociais inseridos no processo de imigração, como se vê.

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. (SAYAD, 1998, p. 16)

De acordo com a passagem acima, a partir do momento em que o emigrante cruza as fronteiras da sociedade de destino, ele, de fato nasce, e suas condições para o tal parecem ganhar forças grandiosas, pois, a priori, a imigração é um deslocamento de pessoas no espaço físico, mas que não se limita apenas a esse âmbito, mas inclui também espaços caracterizados com sentidos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Numa perspectiva um pouco mais histórica, Klein (2000) ao fazer um delineamento das possíveis razões que levam as pessoas a migrarem, também pontua que há nessa equação dois fatores que compõem basicamente a equação da migração e sua relevância na tentativa de se equilibrarem, que são os fatores de expulsão e atração. A princípio, a maioria das

peças não quer deixar seu país de origem, se pudessem optar entre partir e permanecer em seus países, certamente escolheriam permanecer. Salvo algumas exceções quanto aos aventureiros e aqueles que buscam por mudanças. Para o referido estudioso, a migração começa quando o indivíduo se depara em uma situação em que se vê obrigado a migrar por não encontrar condições de alimentar a si próprio e a seus filhos, acrescido a isso, fatores como perseguição por nacionalidades, credos religiosos minoritários também podem ser fortes fatores de expulsão e razões para que a migração inicie para certos indivíduos.

Sayad (1998) e Klein (2000) concordam em apontar o fator econômico como o mais preponderante e de maior força dentre as razões pelas quais as pessoas migram, contudo, para Klein (2000), há três fatores que mudam e transformam as condições pelas quais os migrantes têm condições de enfrentá-las. São elas: a) o acesso à terra; b) a variação da produtividade da terra; c) número de membros da família que precisam ser mantidos; estes dentro da abrangência do fator econômico. Tais fatores estão relacionados, porque em sua base há um elo de interseção entre eles que é justamente o trabalho, a começar pela maneira de gerência e direitos sobre a terra. Uma vez que esta aumente sua produtividade em decorrência da modernização agrícola (que dispensa mão de obra numerosa), isso já refletirá uma não absorção de um volume de mão-de-obra que estará em maior oferta em decorrência do aumento demográfico da população, especialmente nas migrações dos séculos XIX e XX em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes que traziam consigo os reflexos desses três fatores combinados.

Na outra vertente do processo de migração, encontram-se os fatores de atração que foram apresentados especialmente aos europeus que se depararam diante de “vantagens” que os atraía à América, sobretudo pela lógica de contraponto que estava sendo vivido na Europa. As condições eram as seguintes: na América havia terra abundante e disponível, mas a mão-de-obra era escassa e, por consequência, cara; na Europa, as terras eram caras e havia um excedente de mão de obra, que por sua vez se apresentava em grande volume e, conseqüentemente, barata. Então, em uma visão bem superficial e direta, um parecia ser o encaixe do outro e configurava o cenário propício para que as demandas de ambos os lados fossem sanadas e, dessa forma, impulsionar os movimentos migratórios no âmbito mundial.

Para Ianni (2004), muitas podem ser as causas que levam pessoas a migrar, deixar seu lugar de origem em busca de basicamente melhores condições de vida e trabalho. Ao identificar os diversos perfis dos migrantes que cruzam diversos territórios pelo mundo afora, o referido teórico pontua que eles variam desde desempregados (o que parece residir no trabalho, a causa geradora e promotora de maior força em todo processo de migração),

desabrigados, refugiados, perseguidos até os desamparados. As razões e os motivos pelos quais as pessoas fazem parte de tal movimento perpassam por questões essencialmente econômicas, ligadas ao capital, sobretudo no período de pós-guerra. Contudo há outros fatores que também podem contribuir para que tal processo seja encadeado como as catástrofes, guerras, baixa natalidade e epidemias, por exemplo.

De acordo com o referido autor, o século XX (e também adentrando o XXI) foi considerado o século das migrações, haja vista que tais movimentos aconteceram de maneira intensa e constante e em todas as direções do mundo e se estende até aos nossos dias. E o deslocamento foi feito por números de pessoas de forma diversificada, por um indivíduo ou um grupo deles, famílias ou grupos, comunidades inteiras, enfim, de acordo com a necessidade assim era feito. Para Ianni (2004), na essência, os migrantes se transformaram em trabalhadores em busca de emprego que, muitas vezes, não medem esforços ou levam em consideração as condições que lhes são ofertadas, fazendo, dessa forma, muitas reações serem despertadas nos mais diversos espaços e âmbitos, especialmente naqueles diretamente envolvidos no processo de mudança que esse deslocamento das pessoas gera.

Tais reações, especialmente na sociedade de acolhimento, variam desde uma percepção da situação como um todo, e até mesmo, atenção maior ao espaço que os migrantes ocupam até às diferenças que trazem consigo e que também são capazes de promover nas sociedades nas quais são inseridos. Isso só acontece porque fazem parte da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, o que, na prática, tem levado os migrantes a se empregarem sob qualquer condição e exercendo qualquer atividade, causando uma espécie de ameaça aos que já estão empregados, sobretudo aos desempregados, pois acabam por reforçar uma ideia de competitividade entre estrangeiros e nacionais que, de fato, não é tão certa quanto aparenta ser. Tal fato é reforçado porque no cerne das razões dos deslocamentos o trabalho aparece como fato gerador.

Uma das grandes questões levantadas é justamente o leque de variáveis que é envolvido nesse processo e que finda envolvendo todos os atores sociais, com os seus mais variados perfis, em escalas globais. Por exemplo, o referido teórico tem constatado que:

Este é realmente um aspecto importante de boa parte dos movimentos migratórios em curso no século XX: são trabalhadores desempregados ou empregados em condições extremamente adversas, buscando outros e melhores empregos. Partem sozinhos, com os seus familiares ou em grupos. Seguem estradas e viagens abertas por outros; ou abrem novas estradas. Deslocam-se para as mais diversas direções, buscando lugares próximos, distantes, longínquos. Sempre em busca de emprego, isto é, sempre empenhados em vender a sua força de trabalho, para comer, beber, vestir-se, abrigar-se, proteger a saúde, estudar, conquistar direitos políticos, civis e sociais, enquanto indivíduos e famílias, coletividades e povos (IANNI, 2004, p. 94).

Como pode ser observado, os migrantes, em sua maior parte, estão em busca de ter, principalmente, suas necessidades básicas supridas e não medem esforços para tal, uma vez que em sua sociedade de origem tais condições, certamente, não estavam sendo supridas ou satisfeitas da maneira esperada. O referido sociólogo menciona que o deslocamento dos migrantes não acontece apenas no plano geográfico, físico, há dimensões também que são incluídas nesse processo de mobilidade, tais como: cultural, econômica, social e profissional que, uma vez que entre em contatos com esses fatores da sociedade já existente no espaço que recebe, podem causar conflitos ou entraves para que coexistam.

Devido a essa abrangência e alcance que o processo de imigração é capaz de abarcar, há certas ideologias que Sayad (1998) chama de ilusões que são reproduzidas, mantidas e perpetuadas para que o processo se mantenha “sob controle”, especialmente dos que exerceram poder para que forças geradoras do processo de imigração possam ser ativadas.

As referidas condições de existência são baseadas em ilusões que são reforçadas e perpetuadas pelo discurso de imigração e tem seu embasamento em ideologias como as de que a presença dos imigrantes é necessariamente a) provisória; b) justificável, uma vez que a razão maior pela qual fez o indivíduo ter imigrado foi justamente o trabalho; c) neutralidade política. Estas ilusões são consideradas fundadoras, solidárias e imbricadas uma na outra e, vale ressaltar, que só funcionam porque são coletivamente mantidas e, conseqüentemente, reforçadas.

Aliadas às referidas ilusões, há um conjunto de ficções que também ajudam a compor o discurso construído da imigração e emigração, especialmente quando a França, na posição de colônia, exerceu grande poder de atração e força motriz no processo de migração dos argelinos, na condição de colonizados, para que suprissem a demanda crescente por mão de obra nas indústrias. Dentre as ficções que eram incutidas e inculcadas nos argelinos, havia a necessidade de emigrar e imigrar por conta do trabalho; viver quase que toda vida na condição de estrangeiro, sem direitos de um cidadão do país em que reside; retorno que se sabe impossível; naturalização ambígua, que é quando não se encontram as condições ideais para que ela se realize de maneira completa.

Diante dessas ilusões, que são compartilhadas coletivamente, é possível que se perceba que os atores que estão envolvidos no processo da imigração, comportam-se como cientes de suas condições e sustentam certos paradoxos para que o sistema seja mantido sempre de acordo com o interesse de quem mais se beneficia dele. Isso tudo só é possível porque cada ator se vale da contradição para que possa se estabelecer na condição que foi

imposta e ele, porque tem a ilusória sensação de que não está infringindo nada que defina as condições de existência e manutenção no sistema de cada uma dessas partes e que é preservada porque todos mantêm a ilusão de que tal estado ora seja provisório enquanto seja assegurado que seja indefinido ora seja definitivo, contanto que assim não seja declarado e sim velado, mesmo com a ciência das partes envolvidas.

Vejam algumas posturas: os emigrantes e imigrantes oscilam na condição de terem o estado provisório consigo, que os define, e a situação duradoura de serem imigrantes e parecerem não pertencer nem à sociedade de origem nem à de destino sem que se assuma que esse estado provisório seja definitivo, como de fato o é. Quanto à sociedade de emigração, o emigrante, quando assim considerado, é tido somente como um simples ausente, por mais duradoura que seja sua ausência, que, no momento em que um retorno se fizer necessário, a referida sociedade apenas os chama de volta, igualmente da maneira que foram, a retomar o lugar do qual jamais deveriam ter saído.

E, por último, a sociedade de imigração, que recebe, por mais que esta tenha ditado regras e condições para que o imigrante se instale na provisoriedade da condição de estrangeiro, suprime a este o direito de reconhecimento de uma permanência definitiva, estendendo assim uma contradição da provisoriedade permanente de sua presença, que será apenas tolerada enquanto houver interesse condicionando a esse estado, como se o provisório pudesse ser considerado definitivo ou pudesse ser prolongado de maneira indeterminada.

Além disso, Klein (2000) frisa que os fatores que foram apontados como os de maior influência para a atração dos migrantes, numa perspectiva comparativa entre Europa e América foram a América ter apresentado um quadro de mão-de-obra quase que escassa, logo havia uma demanda constante; salários oferecidos eram maiores do que os ofertados na Europa; os níveis de qualificação demandados eram mais baixos; havia a possibilidade de se obter terra a preços baixos (o que era uma atração constante para o migrante) num período de tempo muito curto após a chegada. Assim, os fatores de atração e de incentivo dos fluxos migratórios entre os referidos continentes refletiam as condições econômicas de suas economias revelando o verdadeiro motor de impulsão dos movimentos migratórios internacionais.

O período do pós-guerra traz uma inovação quanto ao perfil dos imigrantes que se engajam no processo de migração internacional e intercontinental, pois os mesmos integram uma migração que é composta por trabalhadores com um perfil diferenciado:

Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais. Não só trouxe imigrantes para os países tradicionais de recepção, como o Canadá, os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, mas também incorporou economias novas e rapidamente crescentes, como a da Venezuela (KLEIN, 2000, p. 27).

Assim, com essas qualidades que os trabalhadores imigrantes europeus passam a ter, estes passam a gerar mudanças e influências no comportamento dos mercados dos países de recepção. Ademais, boa parte da imigração europeia foi subvencionada, isto é, foi feita por meio de incentivo governamental, o que acabou por alterar o período de permanência desses imigrantes nos países de acolhimento, pois nutriam a expectativa de retorno. Os imigrantes europeus ficaram entre 20 e 25 anos fora de seus países de origem, uma vez que os salários comparativos e as ofertas de emprego começaram paulatinamente a ficar mais vantajosas na Europa do que na América e a expansão econômica na Europa tornou-se expressiva e célere.

Com o retorno dos trabalhadores imigrantes europeus, uma nova massa de migrantes deslocou-se em direção à América: os asiáticos e os interamericanos. Países com uma economia emergente, como Argentina e Brasil, testemunharam uma substituição da imigração europeia pela asiática e dos países vizinhos. O movimento migratório foi tão significativo na América que nos Estados Unidos, por exemplo, a composição da população passou a ser feita por um número crescente de imigrantes, mais uma vez; fenômeno que já haviam assistido antes da Primeira Guerra Mundial. Para Klein (2000), o perfil dos migrantes que se destinavam à América no período do pós-guerra pouco difere daquele que movimentou os fluxos migratórios de outrora, pois o padrão da migração asiática e latino-americana aceitava empregos com baixo *status*, mas que oferecessem uma boa remuneração em comparação com os seus países de origem, formando, dessa forma, um mercado paralelo em que exerciam funções que os nacionais recusavam exercer.

De acordo com o referido historiador social, metade dos imigrantes que chegou à América retornou, mas a metade permaneceu, mesmo no Brasil, em que predominava o esquema de imigração familiar. Dentre os que ficaram encontravam-se principalmente os japoneses, judeus, italianos e os europeus do Sul de uma maneira geral. Estes foram classificados nas categorias dos fracassados, que não conseguiram dinheiro suficiente para retornar; dos que ascenderam social e economicamente, que o retorno não era nem cogitado; dos que casaram com os nacionais e perderam contato com as suas origens; dos que decidiram ficar, enfrentar as dificuldades iniciais e aculturar-se, pois acreditavam que se perseverassem e lutassem poderiam melhorar suas condições de vida quando comparadas àquelas dos seus países de origem.

Na América do Sul, mais especificamente na Argentina e no Centro-Sul do Brasil, os imigrantes italianos residentes experimentaram um sucesso que muito teve a ver com as condições de mercado que os países em questão atravessavam. As economias brasileira e argentina estavam em processo de amadurecimento e os italianos foram um dos primeiros grupos de imigrantes importantes a chegar ao Brasil e Argentina, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, embora houvessem chegado aqui como trabalhadores rurais não qualificados. Esse processo se deu especialmente porque as economias locais estavam em processo de crescimento e os imigrantes tiveram chance de aproveitar este momento, pois, apesar de terem chegado aqui como trabalhadores rurais não qualificados, eles já detinham experiência, mesmo que mínima, com o início da modernização da agricultura vivenciada na Europa, além da importância que davam em acumular dinheiro e poder aquisitivo, independente do *status* social que as atividades que exerciam poderiam carregar. Como o critério de qualificação da mão de obra nas indústrias brasileiras e argentinas não estavam tão exigentes, quando comparados aos dos estadunidenses, rápido conseguiam empregos nos setores industriais e urbanos que estavam em desenvolvimento recente.

Cidades como São Paulo e Buenos Aires viveram crescimentos expressivos depois da chegada dos italianos, como possuíam uma desenvoltura econômica que conseguia transitar facilmente pelos principais setores da economia, os trabalhadores italianos qualificados instalaram muitas das primeiras indústrias pesadas, além de terem conseguido acumular dinheiro rapidamente e adquirido terras e terem passado a compor as fileiras dos proprietários de terra, mesmo nas áreas tradicionais de exportação de café, trigo e carnes. Assim, conseguiram acessar e compor as classes médias que já estavam nascendo e na segunda geração deles conseguiam conquistar *status* muito acima dos pais.

Muitos passaram a ocupar posições de altos níveis a sociedade tanto na indústria quanto na agricultura; embora ainda mantenham alguns laços culturais com os seus países de origem, os italianos vivem, trabalham e votam como brasileiros e argentinos comportando-se como um grupo de classe juntamente com outros do seu nível econômico, sejam estes nacionais ou imigrantes não italianos. Como consequência, os italianos foram responsáveis pelos altos índices de exogamia, uma vez que se casaram com outros imigrantes e nacionais americanos com mais frequência do que seus patrícios italianos, tal era o grau do processo de enraizamento que os imigrantes italianos e seus descendentes para a ter na América.

Como podemos observar, muitos são os desdobramentos e as consequências que os movimentos migratórios tiveram no mundo, sobretudo na Europa e na América. As razões que perpassaram as motivações para que esses movimentos acontecessem variaram desde a

busca por melhores condições de vida e trabalho até correspondência de articulação econômica de países que estavam com carência e excedente de mão de obra, por exemplo, e precisavam ter suas necessidades supridas. Da mesma forma sucedeu no Brasil, mais especificamente na região amazônica, que o governo federal, no período militar, empreendeu grandes projetos e difundiu certas ideologias que reforçaram algumas “ilusões”, como Sayad (1998) aponta especialmente a que está relacionada à imigração por trabalho, como mantenedoras e perpetuadoras de práticas migratórias que até hoje se veem bem evidentes nos mais diversos contextos brasileiros.

No que concerne à Amazônia, um dos grandes eventos que impulsionou o fluxo para o interior da região foi a construção da rodovia Transamazônica na década de 70. Tal projeto teve grande influência de execução sob a liderança do então presidente Emílio Médici que também ensejava em uma das frentes de execução das etapas da grande obra, colonizar a Amazônia, pois durante os anos de sua gestão propagou e reforçou o imaginário de que as terras na região amazônica eram extensas e não havia nelas habitantes, o que não era verdade. Os indígenas e ribeirinhos já povoavam as referidas regiões, como elucida Souza (2014). Logo, com vistas à planejada e prometida colonização dos entornos da grande rodovia, agricultores e colonos começaram a ser recrutados majoritariamente no Nordeste e, em menor número, no sul.

Dessa forma, os imigrantes que deslocaram rumo à Amazônia, sobretudo os que se envolviam na migração planejada pelo governo através do INCRA, estavam cientes de que estavam prestes a se desligarem definitivamente de seus locais de origem e que estavam impelidos a começar uma nova vida nas novas terras e lá fincar suas raízes a partir do momento que se inscrevessem para fazer do projeto de colonização promovido pelo governo. Dentro desse contexto, a migração familiar, a perspectiva de uma vida melhor, fuga da fome e seca que atingia as diversas áreas do nordeste, esperança de ter sua própria terra, como no caso dos sulistas, compuseram o cenário para o surgimento das agrovilas na Amazônia, especialmente às margens da rodovia Transamazônica, pois o governo havia planejado a implantação de uma agrovila a cada vinte quilômetros da rodovia e, dessa forma, uma deveria suceder a outra e, pouco a pouco, o plano de colonização ia tomando forma. A partir desse momento um novo ciclo de migração se inicia em um pedaço da Amazônia paraense, com características parecidas com a do movimento migratório ocorrida no início do século XX, com boom da borracha, em que milhões de desconhecidos se entrecruzavam no território amazônico em busca de riqueza. Segundo Smith Jr e Garvão (2014) foi a partir de 1840 se

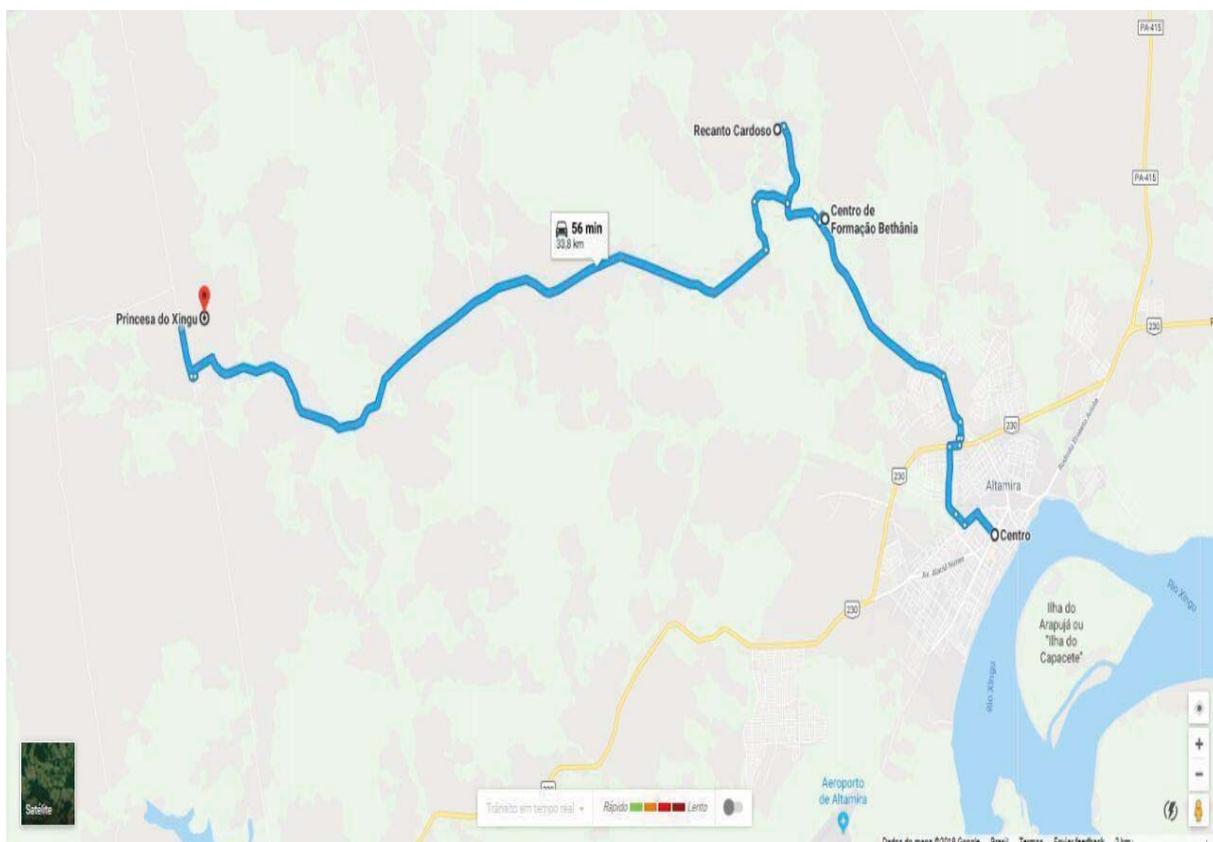
percebeu o grande boom da borracha, que fez da Amazônia um “lugar de estranhos”, ou seja, de brasileiro e “galegos” (estrangeiros) oriundos de “todos” os lugares do mundo.

Assim, os movimentos migratórios foram muito relevantes no histórico de formação da Amazônia paraense e principalmente para a implantação da agrovila Princesa do Xingu, em Altamira-Pará, pois a partir de sua abertura e colonização, eles foram gerados e articulados sob a gerência do governo federal a partir de 1970.

## 2 CHEGADAS E (DES)CHEGADAS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

A criação e fundação da agrovila Princesa do Xingu está circunscrita ao contexto de colonização e abertura da Transamazônica (BR 230) durante o governo militar do general-presidente Emílio Garrastazu Médici na década de 1970. A referida comunidade fica situada na vicinal 6, a aproximadamente 30 quilômetros da sede do município Altamira-Pará. Sua via de acesso é a mesma do centro de formação Bethânia e alguns balneários da região, como Recanto Cardoso<sup>3</sup> (Fig.1 e 2)<sup>4</sup>.

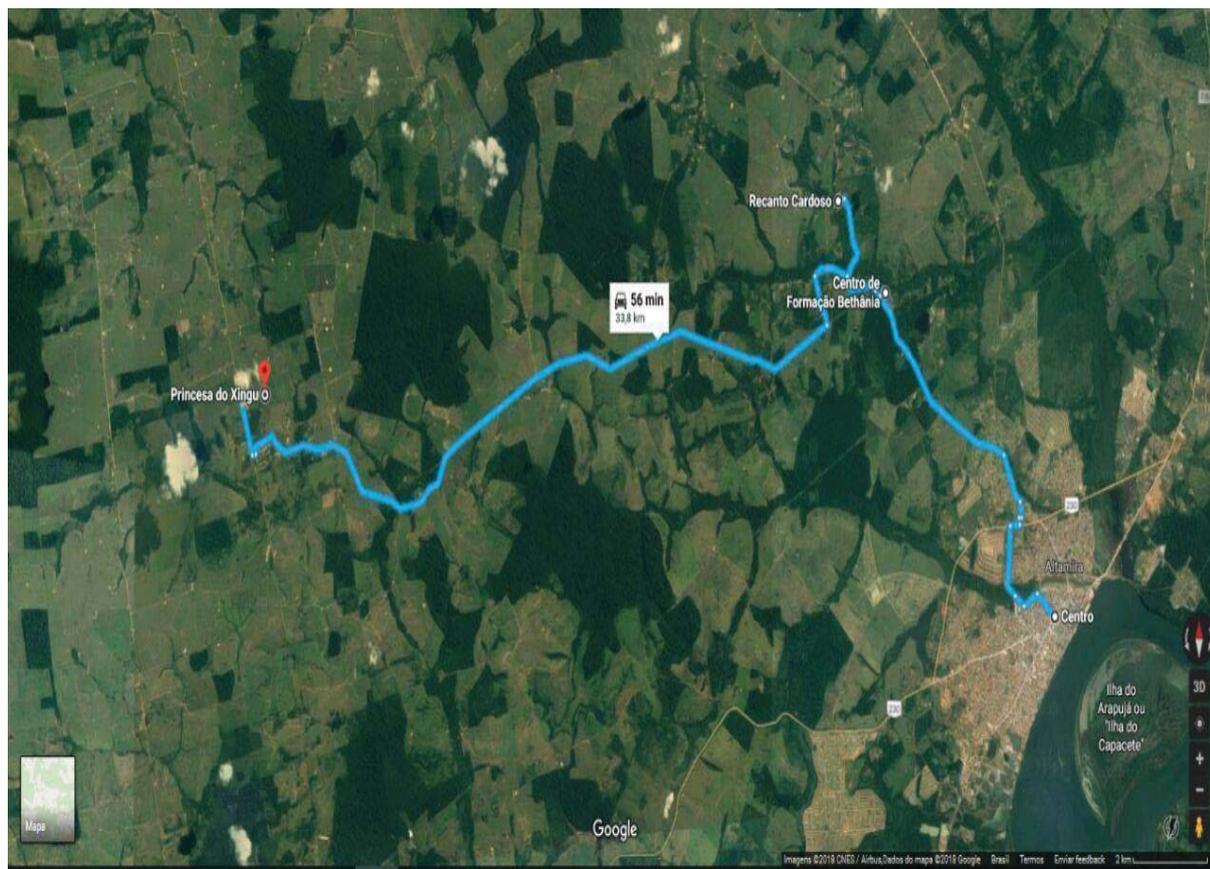
**Figura 1**



<sup>3</sup> Estas localidades são conhecidas e tidas como pontos de referência entre os residentes da área.

<sup>4</sup> Fonte: Google maps

Figura 2



Souza (2014) aponta que no processo histórico de formação e colonização da área de Altamira o fenômeno migratório sempre foi muito evidente e acentuado sob algumas perspectivas. Isso se configurou como tal, porque a região foi alvo de políticas integradoras e colonizadoras do governo federal, especialmente no governo militar, na década de 1970, que tinha em uma de suas linhas de frente o “desenvolvimento” da região e também possuía, como um dos cerne de sua política, a ideia de “homens sem- terra para terras sem homens”. Como fruto desse momento histórico-político, grupos de diferentes lugares do Brasil, migraram em busca da mudança ou melhora de vida tão prometida e incentivada pelo governo à época.

Como o governo externava interesse claro que as terras na Amazônia precisavam ser povoadas e integradas às demais regiões do Brasil, pois havia uma ideologia que ecoava constantemente nas ações do governo federal “integrar para não entregar” que era a ameaça constante de perder território por meio de forças governamentais internacionais. Souza (2014, p. 10) frisa que tal ameaça era reforçada, especialmente após a descoberta que a região estava estrategicamente situada, pois possuía solos dentro das suas abrangências, com riquezas de minérios que o subsolo que algumas áreas da região amazônica possuíam e, por esse motivo,

despertava a atenção e interesse internacional. Logo, quanto mais pessoas participassem do processo de colonização da Amazônia, menos chances seus territórios teriam de ser invadidos e apropriados por “terceiros”. Dessa forma, famílias inteiras deveriam se instalar definitivamente nas terras de destino e criar laços fortes com o espaço que passariam a ocupar. Daí o interesse por chefes de família e todos seus componentes migrarem juntos.

Os imigrantes, que chegavam até aos entornos da rodovia, que estava em processo de abertura, eram oriundos principalmente do nordeste e do sul, pois na lógica de ação do governo de Médici, pensava-se atingir os objetivos primordiais do Plano de Integração Nacional (PIN) por meio de três grandes projetos prioritários: a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá- Santarém; b) o plano de colonização associado às citadas rodovias; c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste com a criação do Plano (BRASIL, 1970, p. 32).

O movimento migratório promovido pelo governo obedecia a critérios que precisavam ser preenchidos com rigidez, uma vez que se tinha por intento fazer com que as terras da Amazônia fossem ocupadas pelo maior número possível de pessoas para que, além da ocupação, os imigrantes envolvidos no processo de colonização pudessem também se envolver nos trabalhos relacionados ao cultivo da terra, à agricultura, primordialmente. Com esse fim, os agentes do INCRA (funcionários do governo responsáveis em alistar, recrutar e transportar os colonos que haviam sido selecionados para habitar as terras que o governo federal estava prometendo) fizeram triagens e seleções principalmente com os arrimos de família a fim de que a imigração familiar, como afirma Klein (2000), modalidade de migração mais comum de deslocamentos não só externa como internamente no país.

No que tangia à Transamazônica, havia ações mais específicas e de gerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que os objetivos traçados fossem assegurados e conquistados.

Paralelamente à abertura da Transamazônica processa-se o trabalho da colonização, realizado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). As pequenas agrovilas se sucedem de vinte em vinte quilômetros à margem da estrada, e nos cem hectares que cada colono recebeu são plantados milho, feijão e arroz. Já no próximo mês começará a plantação de cana-de-açúcar, cujas primeiras mudas, vindas dos canaviais de Sertãozinho, em São Paulo acabaram de ser distribuídas. Jovens agrônomos, recém-saídos da universidade, orientam os colonos... No meio da selva começam a surgir as agrovilas. Vindos de diferentes regiões do país, os colonos povoam as margens da Transamazônica e espalham pelo chão virgem o verde disciplinado das culturas pioneiras. Os pastos da região são excelentes (MANCHETE, 15 de abril de 1972, p. 73 *apud* SOUZA, 2014, p. 4).

Pode-se perceber que as ações em direção à colonização das margens da rodovia eram tão importantes quanto a execução do projeto de abertura da mesma, uma vez que aconteciam quase que concomitantemente. Pereira (2015) menciona que, com vistas à articulação da colonização da Transamazônica, que estava inserida dentro do PIN, criaram-se os Programas Integrados de Colonização (PICs), também sob a coordenação do INCRA juntamente com as prefeituras municipais, a fim de que famílias rurais fossem assentadas nos lotes de 100 hectares cada, na década de 70. A estimativa era de que 100 mil famílias fossem assentadas no período de 70 a 74. Equipes para recrutamento e seleção dos possíveis colonos foram formadas em várias partes do país, sobretudo nas regiões nordeste e sul.

O historiador também pontua que:

Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. (PEREIRA, 2015, p. 56)

Havia um interesse do governo federal que a maior parte dos recrutados fosse do Nordeste, de acordo com Contini (1976 *apud* Pereira, 2015) o INCRA determinava cotas para os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba. Havia uma cota de 70% de colonos de origem de estados nordestinos, 20% de estados do Sul e 10% das demais regiões do país. Tais cotas estavam intimamente relacionadas às questões de ordem político-administrativa que pairavam sobre o país naquela época. O interesse maior em recrutar colonos nordestinos firmava-se na justificativa de inchaço populacional e tensões sociais em consequência da severa seca que incidia sobre a região, por exemplo, que eram facilmente constatadas. Além disso, o Governo Federal acreditava que em virtude da habilidade e intimidade maior que os agricultores do Sul possuíam quanto a algumas tecnologias agrícolas mais modernas empregadas no cultivo da terra, eles poderiam ensinar os agricultores do Nordeste a desenvolverem as mesmas habilidades.

Diante do conhecimento destas evidências históricas, a escolha de Altamira como *locus* da pesquisa e, mais especificamente, a agrovila Princesa do Xingu como campo da pesquisa é justificada porque está inserida no contexto histórico de política governamental e, por consequência, de migração que permeia praticamente toda a extensão da Transamazônica (BR 230). A criação da referida agrovila, por exemplo, foi consequência dos planos de ação dos grandes projetos do governo federal na década de 70, que possuía como um de seus objetivos a colonização dos seus entornos feita pelo INCRA composta por colonos oriundos

da região nordeste e sul, em sua maior parte, com vistas a desfazer o fluxo nacional interno de migração para o sudeste e preenchendo os tão propagados e reforçados “vazios demográficos”, que a Amazônia carregava, e eram sustentados dentro da política praticada pelo governo.

Assim, os conceitos e ideias dos movimentos migratórios discutidos neste artigo cabem no cenário de implantação e instalação da agrovila Princesa do Xingu. Com base nas primeiras entrevistas realizadas com residentes da agrovila, há relatos de que a comunidade começou a ser implantada e construída em 1972, mas que passou, de fato, a ser habitada por seus prometidos moradores em 1973, quando os trabalhadores do INCRA finalizaram as casas para que os colonos pudessem habitar. O recrutamento dos colonos era feito por fiscais gerenciados pelo INCRA em parceria com os estados e municípios para que alguns critérios primordiais fossem assegurados tais como: agricultores, chefes de família que estivessem dispostos a começar e ter uma vida nova e totalmente desligada do local de sua origem e que estivessem em busca de melhores condições de vida e trabalho, dentre outros critérios que propiciavam a ida desses colonos de maneira mais definitiva possível.

Por esse perfil, é possível perceber que o tipo de imigração que o governo federal estava motivando na região era do tipo familiar, pois o mesmo tinha interesse que a família que se envolvesse no processo de deslocamento, criasse um enraizamento, povoando, assim, a extensa área do território amazônico.

## **2.1 DOIS PROTAGONISTAS DA IMPLANTAÇÃO DA AGROVILA**

Este artigo apresentará duas entrevistas realizadas na agrovila Princesa do Xingu, os entrevistados foram dois pioneiros locais que vivenciaram e testemunharam de perto os eventos históricos, políticos e migratórios do lugar. Estes, estão no cerne da formação e implantação do local e até hoje mantêm e perpetuam as memórias de suas experiências como verdadeiras epopeias e enriquecem com seus relatos o histórico de fundação de sua comunidade.

Seu Nélio<sup>5</sup>, um dos atores sociais envolvidos no processo de criação e implantação da agrovila Princesa do Xingu, tem 76 anos, é natural do Piauí, agricultor aposentado, residente da agrovila e um dos pioneiros da agrovila. Ao narrar os eventos de como teve notícia das terras em Altamira e de como chegou à agrovila Princesa do Xingu, lembra com

---

<sup>5</sup> Nomes fictícios foram atribuídos aos entrevistados a fim de terem suas identidades preservadas.

entusiasmo de quando ouvia a voz do presidente Médici no rádio fazendo propaganda das terras da Amazônia justamente na época em que havia feito uma mudança recente de município e estava em busca de emprego.

Entrevistadora: Como o senhor soube da agrovila? Recebeu algum convite para estar aqui?

Seu Nélio: Eu estava no Maranhão, eu estava morando no Maranhão, na cidade de Codó. [...] eu tinha uns 26 ou 27 anos, então eu já tava [sic] casado. Então eu “assistindo” o rádio, naquele tempo eu não assistia televisão que foi 70-71, 71, eu acho. Então eu tava [sic] assistindo, assisti um programa do pau do presidente aqui em Altamira. [...] Do Médici, no dia em que ele veio, então fizeram isso lá e eu tava [sic] assistindo, pegaram um pau bem grosso [...] e deram para ele derrubar o pau. Eu assisti no rádio em 71. Aí eu me mudei de... tinha um vizinho meu que insistiu pra mim [sic] ir pra Santa Inês com ele, aí eu vendi os barraco lá e vim pra Santa Inês. Eu vim em agosto, no mês de agosto. Quando eu estava lá, aí quando foi agosto, setembro, eu fiquei agosto e setembro, aí quando foi no mês de setembro, houve o convite lá no Maranhão, o pessoal avistando gente pra vir pra cá, né? Aí eu me alistei [sic] [...] aí quando eu tava [sic] com 31 anos quando eu ouvi essa voz[...] E.: Os argumentos que eles usavam assim, o que eles falavam?

S. N.: Falavam na abertura da Transamazônica e que precisava trazer gente, tinha aquela propaganda... como é que é? Terra sem gente...

E: Homens sem terra para terra sem homens?

S. N.: Risos... exatamente, então essa era a propaganda. Aí fizeram a Transamazônica e cuidaram naquele pedaço ali do 23 pra 5ª agrovila, aquilo ali eles só num botaram asfalto, mas aquilo foi a coisa mais bonita que tem e botaram a caixa d'água do jeito que tá essa aí. Aí mostrava aquela foto pra todo mundo, aquele pedaço de terra ali mais ou menos de 2 km ou 1km e meio, eu sei que era lá numa posição que a gente tava ali no arraial que era mais pra cá de rancharia, a 5ª era mais pra lá, a vila, né? Eu sei que a gente via aquela pista toda assim, aquela caixa d'água lá em cima, aquilo ali chamava a atenção, então faziam aquela propaganda do homem sem terra e terra sem gente. Então nós assistíamos aquilo ali, então eu me inscrevi. Eles deram... não deram nem um mês. Isso foi no mês de setembro, aí eu cheguei lá [Santa Inês], comecei a procurar serviço, né? Pra trabalhar. Então aquela propaganda todo dia, todo dia, todo dia aí eles marcaram o dia, quando foi num dia eles chegaram lá antes, quase 15 dia do prazo, 10 dia do prazo eles chegaram<sup>6</sup>.

S. Nélio veio a Altamira por meio desse anúncio que escutou no rádio em um programa que era feito pelo próprio presidente e que reforçava certas ideologias acerca dos supostos vazios na Amazônia e abundância de suas terras. Funcionários do INCRA e do SESPE<sup>7</sup> estiveram na cidade onde morava na época, Santa Inês, no interior do estado do Maranhão em 1972. Ele já estava casado, mas não tinha filhos; era agricultor, ofício que havia aprendido com seus pais (também agricultores) e estava em busca de terras para que pudesse cultivar e garantir seu sustento e da esposa. Durante a entrevista, S. Nélio ressaltou que uma das ênfases das propagandas feitas pelos funcionários do governo era a ideia de “Terras sem homens para homens sem terra” propagada pelo governo federal em relação às terras que

<sup>6</sup> Entrevista realizada pela autora em 09 de dezembro de 2017.

<sup>7</sup> Órgão de saúde municipal que existia na época.

existiam na Amazônia, enfatizando a disponibilidade e extensão das terras que aguardavam por esses futuros colonos e agricultores. Ele narrou que houve um longo percurso desde o dia que se alistou para ser recrutado até o dia que, de fato, chegou a Altamira e foi até às terras da tão prometida agrovila e dos lotes para cultivar as terras produtivas da Amazônia.

Depois de ter se alistado, passado pela entrevista com os funcionários do governo e ter preenchido alguns formulários para ter certeza que se encaixava no perfil esperado, ele foi encaminhado a fazer exames médicos em uma cidade próxima a dele para ter certeza que estava apto a embarcar junto com a esposa e os demais recrutas do processo que se destinariam a Altamira. O objetivo da primeira etapa era justamente chegar até São Luís, que era onde eles iriam embarcar em um dos aviões que o governo tinha designado para transportar os agricultores que iriam colonizar os entornos da Transamazônica. S. Nélio contou que houve um intervalo entre a chegada deles em Altamira até a ida efetiva dele e de todo o numeroso grupo que desembarcou na cidade com o mesmo objetivo. Isso ocorreu porque a agrovila ainda estava em construção e não havia sido finalizada, então eles precisaram se alojar e se instalar nos alojamentos do INCRA, que ficavam na rua<sup>8</sup>.

Em sua primeira visita no espaço onde estava sendo construída a agrovila em que S. Nélio iria morar, no caso a Princesa do Xingu, ele disse que pôde ver apenas os trabalhadores do INCRA correndo para construir as 40 casas prometidas para as famílias que vieram no mesmo grupo que o dele, que àquela altura, pelo que o pioneiro falou, a entrega parecia estar atrasada e o que viu pareceu não corresponder muito ao que havia sido prometido quando ainda estava em sua terra de origem. Ele também teve chance de visitar outras comunidades em outros travessões<sup>9</sup> que estavam em construção e em algumas delas que já havia pessoas residindo em seus espaços e que o INCRA continuava a enviar os colonos, mas conta que a que mais se identificou foi com a Princesa por apresentar terras parecidas com as do Piauí e do Maranhão, que eram as que já tinha mais intimidade.

O administrador chegou e falou: rapaz, aqui tão fazendo uma agrovila, pra cá tem a estrada, está aí, tem pouca gente e é 10 km daqui lá e cês querem olhar, vão. Outra coisa que eu vou dizer, a terra não vai agradar vocês, a terra é de areia. Rapaz, que quando nós chegemos [sic] bem aqui no Panela<sup>10</sup>, que nós saímos [sic] do barco e pisemo [sic] nessa terra de areia, todo mundo tava [sic] no céu. A nossa terra era desse jeito, no Maranhão e no Piauí, que eu sou do Piauí, eu tava [sic] com seis anos no Maranhão. Rapaz, nós todo mundo gostamos [sic].

<sup>8</sup> Referência à Rua 7 de Setembro em Altamira.

<sup>9</sup> Travessões são vicinais, estradas que foram construídas perpendicularmente à rodovia Transamazônica (BR 230) e, geralmente, são construídas com terra batida e dão acesso a vilarejos que foram se formando ao longo das margens da rodovia.

<sup>10</sup> Um dos igarapés que cortam a agrovila e também o centro de Altamira.

Por esse trecho de sua entrevista, S. Nélio evidencia uma possibilidade que os colonos poderiam ter de ir morar em uma agrovila diferente daquela para a qual estariam destinados. Contudo, S. Nélio não somente se identificou com as terras da agrovila da Princesa como também já incentivou e conversou com os responsáveis de mais dez famílias que poderiam junto com ele passar a morar na comunidade e que, por esse motivo, já se posicionou como uma espécie de líder diante das possíveis conversas e negociações que precisasse fazer junto ao INCRA em nome da comunidade que estava se formando e estabelecendo.

Outra pioneira, que também protagonizou a fundação e implementação da agrovila Princesa do Xingu foi D. Júlia. Atualmente, ela é técnica em enfermagem, tem 56 anos, residente da agrovila e trabalha no posto da comunidade desde sua inauguração até os dias de hoje. A pioneira é natural do Maranhão, nascida e criada em uma pequena cidade próxima a Santa Inês, sempre trabalhou com a terra, ofício que desde cedo aprendera com seus pais que também eram agricultores. Ela veio com o irmão mais velho, que já era casado, e que na ausência do pai, que já havia falecido, assumiu as responsabilidades de chefe da casa.

Ela tinha por volta dos 14 anos na época em que o irmão se alistou junto com a esposa, a mãe e os demais irmãos. D. Júlia conta que eles chegaram a Altamira em busca de terras para cultivar, mas que a propaganda e as promessas que haviam sido feitas pelos funcionários do governo pouco condiziam com a realidade que encontraram aqui, uma vez que, pela maneira que a propaganda das terras em Altamira era feita, a promessa era o “paraíso” com muitas condições propícias e favoráveis para que fossem convencidos a deixar seus locais de origem e se mudassem para as terras que estava sendo anunciadas.

Entrevistadora: Quando a senhora se mudou para a comunidade?

Dona Júlia: Fiquei lá até os 14 anos, foi naquele tempo que o INCRA tava [sic] trazendo o pessoal pra habitar a Amazônia, aí meu irmão veio, meu pai já tinha morrido, aí a gente veio junto. Eu tinha 14 anos. [...] meu irmão com a família dele, esposa e filho, aí eu com a minha mãe mais três irmão. Viemo [sic] na “resposta” dele, risos... [...] Tinha um fiscal que fazia as inscrição do povo, depois passava só o carro pegando nos interiorzinho [sic] levando pra Bom Jardim, que era a cidade mais próxima, aí lá já pegava um ônibus direto pra São Luís, de lá pegava o voo pra Altamira.

E: Como eles (ficais) chegavam para conversar com vocês, eles falavam o quê?

D. J.: O meu irmão antes, ele foi na cidade mais próxima e conversou lá, aí prometeram que iam trazer, porque aqui tinha muita mata pra trabalhar e ia receber... A promessa deles, chegava e já ia encontrar a mata derribada, queimada, a casa pra morar, tudo isso. Era um palavreado que dava pra enganar todos. Aí a gente veio em busca disso, só que quando chegamos aqui foi totalmente diferente. Quando chegamos aqui, não tinha... Que essa vila que eles prometiam pra gente, igual a essa aqui, só que quando nós chegamo [sic] não tinha, não estava pronta. Aí o que que foi feito? A gente chegou em Altamira, jogaram a família em cima dum caminhão, a gente foi parar numa agrovila da 20, pra lá de Brasil Novo, num travessão. Lá não

tinha nada, só a casa pra morar, não tinha comida, não tinha nada, aí depois foi que trouxeram pro Brasil Novo, aí foi que distribuíram panela, carne de jabá, feijão num caroço deste tamanho (grande), ninguém nunca tinha visto [...] Nunca mais vi aquele feijão, ele era um feijão do caroço assim, ele era inchadão assim, olha, cozinha ele, cozinhava, cozinhava, na pressão, ele abria as banda [sic], mas não amolecia. Então, aí lá a gente ficou, nós chegamo [sic] dia 13, nós saímo [sic] do Maranhão dia 1º de novembro, chegamos em Altamira dia 13. A gente parou em Codó, ficamos uma semana, depois em São Luís mais uma semana. Aí o voo lotava, nunca dava. Então nós chegamo [sic] em Altamira dia 13 de novembro e fomo pra essa agrovila lá e lá ficamos. Aí eles levavam os colono [sic] pra escolher seus lote [sic], tinha só as matona e os travessão igual aí, tem a Transamazônica e os travessão [sic], aí iam colocando, só que como nós já havia [sic], tava destinado pra essa e não estava pronta, nós ficamo [sic] lá novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março na agrovila do 20 e viemo pra cá (Princesa) em abril [...] em 73<sup>11</sup>.

Uma das experiências que marcou muito a chegada da D. Júlia e de sua família em Altamira foi o episódio em que a sobrinha ficou doente em decorrência da picada de piom<sup>12</sup> e ela precisou ajudar e ficou muito tempo no hospital cuidando da sobrinha, mas ela não resistiu e faleceu. Ela relata que foi um tempo muito difícil, porque além dela e de toda família tivesse passando por momentos de adaptação à nova vida, ter um parente doente na família complicou ainda mais os primeiros dias deles nas terras na Amazônia. Eles demoraram cinco meses até se instalarem no espaço da agrovila Princesa do Xingu porque as casas por lá ainda estavam sendo construídas, então antes de se estabelecerem na agrovila de destino final, eles passaram um tempo na agrovila do travessão 20 e que não viam a hora de poder se mudar para a agrovila definitiva, pois a que estavam anteriormente apresentava condições muito precárias e de difícil convivência.

Já na Princesa do Xingu, ela descreveu as terras como difíceis de lidar porque para que se começasse o processo de plantio era necessário fazer a primeira queimada e que para o início do plantio efetivo da área, eles precisaram de um ano até que a terra estivesse mais propícia para o cultivo e, só a partir de então, começaram a plantar mandioca, milho, arroz

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada pela autora em 09 de dezembro de 2017.

<sup>12</sup> A **oncocercose**, conhecida também como “cegueira dos rios” ou “mal do garimpeiro”, é uma doença provocada pelo parasita nematódeo *Onchocerca volvulus*, que acomete exclusivamente os humanos.

[...]

Sua transmissão é feita pelo mosquito *Simulium spp.*, popularmente conhecidos como piúm (região norte) ou *borrachudo* (demais regiões). Quando este inseto pica um hospedeiro infectado, acaba sugando microfíliarias junto com o sangue. [...]

A doença é caracterizada pelo surgimento de nódulos subcutâneos fibrosos, também chamados de **oncocercomas**, sobre superfícies ósseas em diversas regiões do corpo. Esses nódulos são móveis, não causam dor e são neles que se encontram os parasitas no estágio adulto. Os machos podem percorrer o corpo do hospedeiro, migrando de nódulo em nódulo, fecundando as fêmeas que se encontram enoveladas nestas estruturas. Por dia, esses parasitas apresentam a capacidade de gerar até 3.800 larvas, que recebem o nome de microfíliarias. Essa doença não leva ao óbito, mas pode causar cegueira nos indivíduos portadores.

Fonte: <https://www.infoescola.com/doencas/oncocercose/>

mesmo que as condições da terra não fossem as melhores, mas eles ainda conseguiram produzir.

Após um certo tempo, na própria comunidade, implantaram uma escola de ensino fundamental e conseguiu terminar os seus estudos, pois saiu do Maranhão e havia cursado só até a 4ª série do hoje se tem como ensino fundamental menor. Houve uma época que o INCRA ofereceu um curso de capacitação de técnico em enfermagem para que houvesse voluntários que pudessem atuar no posto da comunidade se voluntariou. Ela fez o curso de capacitação até hoje atua como técnica em enfermagem no único posto de saúde da agrovila, embora tenha de lidar com condições precárias de manutenção do prédio em que fica e com recursos e suprimentos limitados para que atenda as demandas dos que recorrem ao posto. Ela manifesta muito amor e entrega ao seu ofício e até mesmo uma certa militância quando menciona que se organiza para cobrar dos administradores públicos providências não só para o posto, mas também para a escola e os serviços básicos que precisam ser mantidos no interior da comunidade.

Embora encontre certas dificuldades para o bom funcionamento dos serviços básicos no interior da comunidade, como o fornecimento regular de água, ela afirma que tem muito amor pela mesma e demonstra ainda ter fortes laços com o espaço, uma vez que teve três filhos e dois deles moram na comunidade também e apenas uma que não, que saiu para estudar, mas que está por lá com frequência para matar a saudade e estar em contato com seus familiares e vizinhos com os quais sempre conviveu desde seu nascimento.

Em ambos os casos, tanto de Seu Nélio quanto de Dona Júlia, é possível perceber em seus relatos que o plano do governo federal de colonização da Transamazônica, para eles, foi muito promissor, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, incluindo o não cumprimento de boa parte das promessas feitas antes de deixarem seus locais de origem, mas que com sua garra, perseverança e perspectiva de um futuro melhor, eles puderam ter chance de mudar suas condições de vida e se adaptar às novas condições, algo que se tivesse, decidido ficar ou retornar ao local ao qual pertenciam antes de migrarem para a Amazônia jamais teriam chance de conquistar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações conceituais e históricas, consideradas neste presente artigo, que nortearam as discussões acerca migração foram iluminadoras quanto às percepções e identificações de fatores geradores dos deslocamentos dos sujeitos não só numa perspectiva

unilateral, mas expandindo a percepção para toda a rede e contexto nos quais os parceiros da imigração, sociedade de origem, sociedade de recepção e os próprios emigrantes e imigrantes (SAYAD, 1998) detêm uma performance muito importante para o sistema de migração funcione e seja mantido.

É possível perceber que, independente dos fatores de expulsão ou atração dos migrantes, como aponta Klein (2000), os movimentos migratórios sempre estiveram presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos, pois seus fatores geradores estão intimamente relacionados a questões de necessidades básicas e de sobrevivência, como sinaliza Ianni (2004) ao elucidar as causas mais recorrentes para que a migração tenha seu início. Assim, como retratado anteriormente, o fluxo migratório no interior da Amazônia foi fortemente impulsionado pelas ações e articulações do governo militar a fim de que problemas que estavam latentes na época, como a reforma agrária, e a concentração demográfica no Nordeste e um “vazio” na Amazônia pudessem ser desfeitos ou, pelo menos, amenizados.

Dessa forma, as razões principais que sempre levaram os agricultores do nordeste do Brasil a imigrarem para a Amazônia foram as clássicas melhoras nas perspectivas de vida e de trabalho que foram muito reforçadas também nas propagandas feitas pelo governo federal na década de 70 com o início das obras da Transamazônica e que estava alistando agricultores que pudessem ocupar definitivamente a Amazônia, como foi o caso principalmente de muitos cearenses desde o início do século XX, quando esses imigrantes já vivam esse fenômeno migratório pelas mesmas razões. Segundo Lacerda (2006) no Pará, com a constante vinda de migrantes dos sertões cearenses atingidos pelas secas, em busca de uma vida melhor na região, é quase com um caráter complementar que a natureza cearense e a amazônica vão tomando corpo nos relatos dos poderes públicos e nos noticiários da imprensa, através de colunas diárias ou de quadros de poemas que enchiam os olhos dos leitores com uma visão trágica e exótica da natureza e do homem cearense, sempre ameaçado pelas secas.

Com isso, muitos imigrantes nordestinos aos poucos perdem seus laços com a terra natal, compromete-se o vínculo parental e com o seu local de origem, estabelecem-se novas conexões no novo espaço social por eles habitados.

Diante de todas essas reflexões, espera-se que essas discussões e reflexões iniciais possam fomentar análises futuras quanto aos desdobramentos da migração no cotidiano e nas construções dos traços culturais de seus residentes, por exemplo, uma vez que tema está imbricado a diversos outros temas que podem ser suscitados e também trazidos para discussão.

**REFERÊNCIAS**

- BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo. Brasília, 1970. \_\_\_\_\_ . **Decreto-lei nº 1.106, de 16' de junho de 1970.** Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)> Acesso em: 01 out. 2017.
- IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KLEIN, Herbert S. **Migração internacional na história das Américas.** In: Fausto, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LACERDA, F. G. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). **Revista Brasileira de História.** vol.26 no.51. São Paulo Jan./June 2006
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici.** Revista Reflexão e Ação, vol. 23, no. 2. Santa Cruz do Sul-SC, p. 54-77, 2015. Disponível em: <[https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/6369/pdf\\_24](https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/6369/pdf_24)> Acesso em: 04 jan. 2018.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVAO, R. F. **Economia e política na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX).** Revista Estudos Amazônicos, v. 9, p. 157-179, 2014.
- SOUZA, César Martins de. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica.** Revista Contemporânea, vol. I, ano 4, no. 5. Niterói-RJ, p. 1-19, 2014. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5\\_Ditadura\\_grandes\\_projetos\\_e\\_colonizacao\\_no\\_cotidiano\\_da\\_Transamazonica.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf)> Acesso em: 30 set. 2017.